

O PROCESSO DECISÓRIO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ: a gestão participativa

Polyane Passos Mayer; Maria de Lourdes Bernartt

Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UTFPR. Técnico-Administrativa da Educação da UTFPR; Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora de Ensino Superior da UTFPR

Resumo - Muitos estudos surgiram e têm surgido acerca da Pedagogia da Alternância e do funcionamento das Casas Familiares Rurais. No entanto, poucos estudos relatam de que maneira acontece a gestão destas CFR, seja em estudos teóricos ou práticos. Assim, este trabalho irá abordar sobre o funcionamento das CFR e procurar entender como ocorre o processo decisório dentro destas. A CFR é um centro de formação diferenciado, que procura ligar a educação formal e a prática, ligando os conteúdos ao cotidiano do aluno, uma formação mais apropriada a realidade do campo. Na CFR verifica-se a gestão participativa como um estilo de gestão presente nas CFR, pois a gestão participativa pressupõe o envolvimento dos segmentos que se utilizam da CFR. Assim, estudar a gestão participativa é uma peça fundamental para compreender o funcionamento da CFR.

Palavras-Chave: Casa Familiar Rural. Processo decisório. Participação.

Abstract- Many studies have emerged and have yet emerged about the pedagogy of alternation and operation of the Rural Family Houses. However, few studies have reported that happens way to manage these CFR, either theoretical or practical. This study will address the functioning of the CFR and seek to understand how decision making occurs within these. The CFR is a training center differential, which seeks to link the formal education and practice, linking the contents to the student every day, training more proper reality of the field. During this study there was a participative management as a management style present in the CFR, as participatory management requires the involvement of the segments that make use of the CFR. So study the participatory management is a key to understanding the operation of the CFR.

KeyWord: Rural Family House. Decision making. Participation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), cujo objetivo consiste em estudar como ocorre a dinâmica do processo decisório das Casas Familiares Rurais da região sudoeste do Paraná, sendo este um recorte de uma pesquisa maior iniciada em 2006, com o objetivo de estudar os referenciais teóricos e metodológicos da Pedagogia da Alternância. Nesse sentido, esta pesquisa contribuirá com aquela para descobrir de que forma ocorre a gestão participativa e o processo decisório dos diferentes seguimentos que compõem as CFR. O interesse pelo tema surgiu tendo em vista que a pesquisadora já investigou sobre o tema da gestão escolar participativa em escolas públicas do município de Pato Branco em

projeto de pesquisa. O projeto ora mencionado pretende trabalhar com uma amostra de duas Casas Familiares da referida região, sendo a CFR de Pato Branco e a CFR de Manfrinópolis. A escolha destas CFR se deu tendo em vista a facilidade de acesso a elas, e especialmente pelo relacionamento do PPGDR com a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR SUL e com as CFR da região, além disso, optou-se também devido à proximidade, uma vez que a CFR de Manfrinópolis dista aproximadamente 90 km da CFR de Pato Branco.

No entanto, antes de iniciar nossos estudos faz-se necessário fazer uma breve contextualização da região sudoeste do Paraná, bem como dos municípios de Pato Branco e Manfrinópolis.

Segundo o Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2011), a região sudoeste do Estado do Paraná está situada no terceiro planalto paranaense, apresenta clima subtropical, abrange 37 municípios (Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Êneas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudades do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino), divididos em 3 microrregiões (Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco), embora o IBGE não considere, na prática engloba também a microrregião de Palmas (Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Honório Serpa e Coronel Domingo Soares). Possui uma área de 16.941,469 km², 404.867 habitantes e seu grau de urbanização é de 58,59%. A economia é basicamente voltada para a agricultura e criação de animais. As famílias de produtores também têm buscado fontes alternativas para agregação de valor a sua renda, como a manufatura de embutidos, produtos lácteos e conservas (agroindústrias).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), o município de Pato Branco possui 72.373 habitantes e uma área de 539,09km², a maior parte de seu PIB provém da prestação de serviços, seguido de uma pequena representação da indústria e da atividade agropecuária. Já o município de Manfrinópolis possui 3.127 habitantes e uma área de 216,42km², a maior parte do seu PIB é gerada pela atividade agropecuária, seguida de uma forte representatividade de serviços e uma pequena participação da indústria.

O Desenvolvimento deste artigo está estruturado em três partes, na primeira parte será estudado o surgimento das CFR no Brasil e no mundo, contemplando ainda conceitos acerca da Pedagogia da Alternância, tendo em vista que esta se trata de uma metodologia adotada pelas CFR, a segunda parte abordará como está estruturada administrativamente as CFR. Já na terceira parte será abordada a gestão participativa, o que vem a ser e como surgiu a questão da participação.

2. AS CFR NO BRASIL E NO MUNDO

A primeira experiência com a Pedagogia da Alternância aconteceu na França em 1935 com a denominada Maison Familiale Rurale (MFR). As MFR surgiram em virtude de alguns fatores que vinham ocorrendo, como o abandono dos camponeses no campo, o êxodo rural, a crescente

urbanização e o profundo desenvolvimento do capitalismo, assim, os filhos dos camponeses tinham apenas duas opções, a primeira era abrir mão dos estudos e continuar trabalhando no campo e a segunda deixar o campo e ir estudar na escola pública da cidade. Os camponeses temiam que deixando seus filhos estudassem na cidade que estes renegariam suas raízes e abandonariam o campo. Deste modo iniciaram então movimentos junto a sindicatos e a igreja buscando uma alternativa viável para o problema que estavam enfrentando. Assim aconteceu a primeira experiência onde os jovens ficavam reunidos uma semana em local apropriado (casa paroquial) e três semanas na propriedade familiar (NASCIMENTO, 2009). Abaixo, pode-se visualizar a foto da primeira Maison Familiale Rurale na França.



Figura 1 – Maison Familiale Rurale na França

Fonte: MFR (2011).

Para Gimonet (2007, p. 22), foi através de uma simples questão do cotidiano que nasceu a pedagogia da alternância, num pequeno vilarejo onde um filho adolescente de agricultores não queria ir para a escola secundária. Num encontro com o vigário do povoado a solução foi encontrada,

“criar uma escola que não mantenha os adolescentes presos entre quatro paredes, mas que lhes permitam aprender através dos ensinamentos da escola, com certeza, mas também através daqueles da vida cotidiana, graças a uma alternância de períodos entre o ambiente familiar e o centro escolar”.

Tratava-se então de criar “uma escola da terra, pelas pessoas da terra e para as pessoas da terra”.

No Brasil a primeira experiência surgiu no estado do Espírito Santo, especificamente no município de Anchieta em 1969, mediado pelo padre Humberto Pietogrande através de um intercâmbio Brasil – Itália. Já em 1968 através da Fundação do Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES) surge a primeira Escola Família Rural (NASCIMENTO, 2009). Segundo Teixeira, Bernartt, & Trindade (2008), no Brasil as

experiências mais conhecidas da Pedagogia da Alternância são as desenvolvidas pelas Escola Família Agrícola (EFA) e Casas Familiares Rurais (CFR), os pesquisadores que estudam estas escolas utilizam a terminologia Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFA.

A pedagogia adotada pelos CEFFA é a Pedagogia da Alternância, segundo Gimonet (2007, p.16), “a formação por alternância dos CEFFAs obedece a um processo que parte da experiência da vida cotidiana para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente”. Ou seja, tendo em vista que a pedagogia e a escola “normal” não atendiam as necessidades do campo iniciou-se um movimento de pesquisa-ação para encontrar a melhor pedagogia para a utilização desta nova proposta, tendo em vista que a pedagogia já constituída logo se percebeu sua inaptidão. Assim, todos colaboram para a elaboração das atividades, dos instrumentos, das organizações didáticas, dos princípios e métodos próprios das MFR. Elabora-se então uma “pedagogia da partilha”. De acordo com Gimonet (2007), quatro são as finalidades da Pedagogia da Alternância: 1) orientação; 2) adaptação ao emprego (suprir a inadequação entre formação e emprego); 3) qualificação profissional (construir uma identidade profissional duradoura); 4) formação geral (permitir o mesmo acesso ao prosseguimento dos estudos através do ensino tradicional).

As principais características das CFR são: a responsabilidade das famílias na gestão de uma associação de pais e alunos; a alternância dos períodos entre o meio de vida socioprofissional e a Casa Familiar onde o educando exerce na prática uma concepção dialética de formação; a vida dos educandos em pequenos grupos e em internatos; uma equipe de formadores denominados monitores, e uma pedagogia adaptada que se chama Pedagogia da Alternância (NASCIMENTO, 2009, p. 168).

Assim, as CFR são geridas de forma participativa, pois há o envolvimento de todos os segmentos que a compõem (pais, alunos, monitores, coordenador e professores).

“Os pais são chamados a participar de toda vida da escola, desde o acompanhamento integral dos filhos quando estão junto a família até na administração, coordenação e manutenção da escola” (NASCIMENTO, 2009, p. 168).

Ou seja, é a partir do envolvimento de todos que se faz o acompanhamento e manutenção da escola, neste caso a CFR.

Para compreender a dinâmica do funcionamento das CFR é preciso ter em vista sua estrutura de organização administrativa no âmbito nacional e

regional. No próximo tópico será apresentado como funcionam administrativamente as CFR.

3. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CEEFA NO BRASIL E NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Quanto à organização dos CEEFA, no âmbito Nacional, esta acontece através da União Nacional das Escolas Família Agrícolas do Brasil – UNEFAB, uma organização não governamental sem fins lucrativos, regida por um Estatuto Social aprovado em Assembléia Geral, a serviço das Escola Família Agrícola e outras entidades educativas que adotam os mesmos princípios pedagógicos. Foi fundada em 12 de março de 1982 em uma Assembléia Geral, no município de São Mateus no Estado do Espírito Santo, em uma conversa com as Associações mantenedoras das CEEFA. (UNEFAB, 2011)

A missão da UNEFAB é articular ações, parcerias, formular políticas, facilitar o intercâmbio e outras atividades afins a partir das demandas das associações locais e regionais, em vista de promover, por meio das Escolas Famílias Agrícolas, o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, através da formação dos jovens e suas famílias, dentro dos princípios da Pedagogia da Alternância (UNEFAB, 2011).

A estrutura organizacional da UNEFAB é assim constituída: Assembléia Geral que é o órgão máximo e que elege o Conselho de Administração composto por 18 membros, representando as diferentes Associações Regionais e um Conselho Fiscal, composto por mais 6 membros com mandato de 4 anos. O Conselho de Administração escolhe seu Presidente e demais membros que irão compor a Diretoria Executiva. O Presidente, mediante parecer do Conselho de Administração, escolhe o Secretário Executivo para a coordenação das ações da UNEFAB, bem como as assessorias. Abaixo é possível visualizar o organograma da UNEFAB.

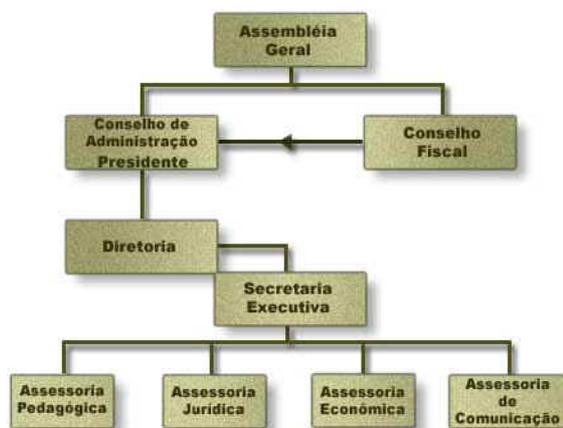


Figura 2 – Organograma da UNEFAB

Fonte: UNEFAB (2011)

A Assembléia Geral é composta por 2 membros

ativos e 3 delegados por unidade, sendo pelo menos 2 agricultores. Esta se reúne a cada dois anos para realizar um Seminário e debater questões de interesse das unidades agregadas e a cada quatro anos para discutir os relatórios de atividades do Conselho Fiscal, apreciar e aprovar balanços, eleger membros do Conselho de Administração, decidir admissão de novos membros, entre outros. O Conselho de Administração é composto por 18 membros (12 agricultores e 6 monitores) eleitos pela Assembléia Geral, se reúnem pelo menos duas vezes por ano. O Conselho Fiscal é composto por 6 membros eleitos, examina documentos fiscais, denuncia erros ou fraudes, opina na aquisição e alienação de bens, fiscaliza o cumprimento dos estatutos e regimento interno (UNEFAB, 2011).

A UNEFAB congrega as Escolas Família Agrícolas (EFA), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR) e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR). Há 248 CEFFA no Brasil em atividade em quase todos os estados, menos em Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na figura que segue é possível verificar o número de CEFFA por estado, bem como a localização da UNEFAB e das ARCAFAR NORTE e ARCAFAR SUL.

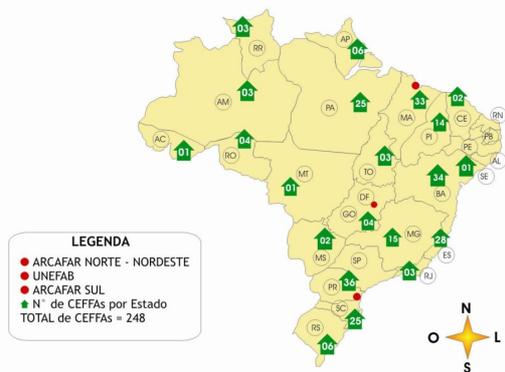


Figura 3 – Os CEFFAs no Brasil
Fonte: UNEFAB (2011).

Na região Sul do Brasil existem 71 CFR, 43 no Paraná, 22 em Santa Catarina e 6 no Rio Grande do Sul. A mantenedora das CFR é a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul – ARCAFAR SUL, fundada em 08 de junho de 1991, no município de Barracão no estado do Paraná. A missão da ARCAFAR SUL é representação, assessoramento e qualificação das Associações das Casas Familiares Rurais e do Mar, buscando o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar e da pesca artesanal, pela Pedagogia da Alternância, para a Educação do Campo, em benefício da sociedade (ARCAFAR SUL, 2011). O órgão máximo da ARCAFAR SUL é a Assembléia Geral que engloba todos os membros ativos desta, a Assembléia se reúne uma vez por

ano, ela discute e aprova projetos, fixa critérios para associar-se, elege membros da diretoria, entre outros. Abaixo vêm as Diretorias são eleitas pelo prazo de dois anos. A Diretoria é composta por 13 membros: diretor presidente, diretor vice-presidente, diretor executivo, 1 e 2 secretário, 1 e 2 tesoureiro e 3 membros do conselho fiscal e seus suplentes (ARCAFAR SUL, 2011). Na próxima figura verifica-se o número de CFR por estado da região sul.



Figura 4 – As CFR na região sul do Brasil
Fonte: ARCAFAR SUL (2011)

No Paraná existem 43 CFR divididas em três setores, já na região sudoeste são 17 CFR localizadas nos seguintes municípios: Bom Jesus do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Êneas Marques, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Prata do Iguazu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São Jorge D'Oeste e Sulina. Na figura abaixo, encontram-se as CFR do Estado do Paraná:

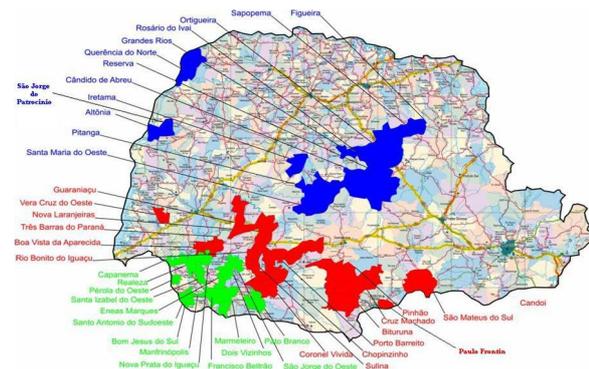


Figura 5 – As CFR no Estado do Paraná.
Fonte: ARCAFAR SUL (2011).

O funcionamento da CFR no Estado do Paraná compreende a atuação de três segmentos diferentes, o município que é responsável por arranjar o local de funcionamento da Casa, bem como sua manutenção em termos estruturais. A Secretaria de Estado da Educação do Paraná começou a atuar nas CFR a partir de 2006 tendo

em vista o parecer 01/06 e 97/96, da rede pública do Estado passaram a atuar dentro das CFR. A regularidade legal da escolaridade se dá em uma escola estadual, chamada de escola base, onde se registra a matrícula do aluno, suas avaliações, notas e frequência (WOLOCHEN, 2009).

Dentro da CFR, além dos professores, também atuam os monitores e um coordenador, sendo que a contratação destes últimos é feita pela ARCAFAR SUL. O coordenador é a pessoa que gerencia administrativamente a Casa, este não tem poder decisório já que todas as decisões são tomadas pela Associação de pais, constituída através de estatuto próprio e que representa juridicamente a CFR. Os monitores atuam em regime integral na Casa auxiliando os alunos em suas diversas atividades dentro da CFR. A implantação da CFR ocorre a partir de uma necessidade da região, manifestada através de associações, sindicatos ou movimentos religiosos. Mediante estes manifestos a ARCAFAR SUL organiza reuniões com diferentes segmentos da sociedade para o detalhamento da proposta.

O próximo tópico irá abordar a gestão participativa para que sejam compreendidos seus princípios, como esta ocorre e qual o seu papel da gestão da CFR.

4. A GESTÃO PARTICIPATIVA

Antes de adentrarmos na discussão sobre a gestão participativa vale a pena lembrar alguns conceitos como os estilos existentes de gestão. Deste modo, Faria (2001) apresenta um modelo básico de tipos de gestão, que é ilustrado no quadro a seguir:

Como Administra Quem Administra	ISOLADAMENTE	EM GRUPO	COLETIVAMENTE
UM	Heterogestão/ Absoluta/Monárquica	Gestão Participativa Consultiva	Gestão Participativa Representativa
POUCOS	Heterogestão/ Relativa/Oligárquica	Gestão Participativa Grupal	Gestão Cooperativa/Associativa
MUITOS	Gestão Autogestivo- individualista/ Oclerática	Co-Gestão	Autogestão/ Democrática/Solidária

Quadro 1 – Tipos de Gestão

Fonte: FARIA (2001).

Como pode ser visualizado no quadro acima quanto menor o número de pessoas envolvidas no processo decisório, mais fechada, mais centralizada é sua administração. Quando os temas são discutidos em grupo, mas apenas uma pessoa toma a decisão temos uma participação consultiva. Já quanto maior o número de pessoas envolvidas no processo decisório, na discussão e na tomada de decisão, mais participativa ela é, ou seja, mais autogestionável ela se torna. Assim, faz-se necessário compreender um pouco mais o que é a participação e de onde ela vem.

Corwall (2002) diz que nos dias hodiernos diferentes grupos estão abrindo espaços para a participação das pessoas em diferentes segmentos. Isto seria uma decorrência de um pressuposto de que com a participação é que é possível tomar as melhores decisões. Por isso, a participação tem trazido algumas inquietações, tais como: quem pode participar? O que eles pensam acerca de participação? Como as pessoas nos diferentes espaços e locais percebem seu senso de cidadania e de direito?

Gaventa e Valderrama (1999) apud Cornwall (2002) sugerem que abramos nossa mente para uma visão de participação no desenvolvimento. Participação sugere mais do que convites a participar, mas estende-se a formas de participação autônomas através das quais os cidadãos podem criar suas próprias oportunidade e condições para o envolvimento.

Para Cornwall (2002), a democracia é deficiente, esta precisa de uma interação maior entre o cidadão e o Estado, uma participação que vá além da consulta, que abra novas possibilidades de voz, onde os cidadãos se tornem incorporados aos sistemas deliberativos. A literatura sobre participação foca nos mecanismos de envolvimento que existem e como supostamente eles funcionam, mas pouca atenção é dada nas instâncias de participação, como eles funcionam na prática, quem faz parte, em que bases, com quais recursos, em termos de conhecimento, materiais ativos ou sociais e conexões políticas. Porém alerta que a participação é um tema ambíguo, pois em alguns casos a metodologia da participação pode ser usada para produzir uma falsa participação para na verdade criar certa regulação e controle. E esta ambigüidade faz necessária a exploração deste tema, ou seja, verificar a profundidade do tema.

Corwall (2002) ainda afirma que a participação tem sido usada no serviço público, contudo salienta a autora que “o governo tem uma idéia de participação onde eles dão o dinheiro a comunidade, mas somente para fazer o que o governo quer que eles façam, eles não ouvem a comunidade e chamam isso de participação”. Para ela, algumas agências de desenvolvimento usam a participação para uma linguagem de mercado, construindo consumidores participantes. Como cita Foucault apud Cornwall (2002), estas usam a participação como ferramenta de novas formas de servidão e controle, domesticando a participação. Para esta corrente a participação é a capacidade dos pobres e menos poderosos negociarem com os poderosos, incluindo o estado.

Assim, é preciso visualizar as pessoas não como passivos beneficiários nem consumidores empoderados de escolhas, mas como agentes: “the makers and shapers” de seu próprio desenvolvimento (CORWALL, 2001, p. 55).

Para Peruzzo (1998), a participação surge no Brasil a partir da década de 80 várias promessas de participação nos mecanismos decisórios, principalmente na política, órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos, o termo chegou a tornar-se um modismo. A questão de trabalhar a participação é um tema que não está muito ligado as nossas tradições e a nossa cultura.

“Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas” (PERUZZO, 1998, p. 74).

Peruzzo (1998) ainda afirma que a dominação não é algo simplesmente imposto, muitas vezes é também uma forma de cumplicidade ou omissão. Isso faz parte na nossa cultura, o autoritarismo está presente na nossa formação econômica, social, política e cultural, para a referida autora estamos impregnados de alienação e acomodação. Apesar disso, ela também diz que estamos começando a compreender como funciona a participação. Para a autora os primeiros passos para a participação foram dados e estes têm surgido a partir de movimentos sociais populares.

Demo (1988) apud Peruzzo (1998, p.75) ressalta que a participação

“não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada”.

Ferreira (1985) apud Peruzzo (1998) apresenta três tipos de participação: participação nos resultados que significa atender reivindicações de uma comunidade como, por exemplo, a construção de uma creche. Participação na execução acontece quando a comunidade é consultada sobre um determinado fator e respeita-se o interesse desta comunidade até certo ponto. Participação nas decisões significa tomar as decisões de forma conjunta e compartilhada, como participação-poder.

Já autora supracitada engloba a participação em três modalidades que seguem:

A participação passiva - nesta não há o envolvimento direto da pessoa, há uma postura de espectador, “ela consente, se objetiva, se submete e simplesmente delega o poder a outra” (PERUZZO, 1998, p.78).

A participação controlada - é aquele tipo de participação limitada e facilmente manipulável, na prática ocorre a concretização parcial nas tomadas de decisões. “O exercício do poder não deixa de ser autoritário apesar de apresentar-se democrático” (PERUZZO, 1998, p.81).

A participação-poder - é o modo mais completo de

participação, propicia o crescimento das pessoas e das organizações coletivas, o exercício do poder é partilhado embora nem sempre seja possível acatar a sugestão de todos. “Esta modalidade é constituída com base em processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma” (PERUZZO, 1998, p.81).

São expressões de participação-poder a co-gestão e a autogestão. Na co-gestão há algumas limitações na partilha do poder, delegam-se parcelas dele “descentraliza-se-o até certo ponto, mas as decisões centrais permanecem reservadas às cúpulas hierárquicas” (PERUZZO, 1998, p. 82). Na autogestão a tomada de decisões “está na mão de conselhos e das assembleias organizadas, segundo princípios fundados na organização da produção e das divisões territoriais” (PERUZZO, 1998, p.84), os membros dos conselhos são escolhidos por eleição e sujeitos a rotatividade.

Neste sentido qual o papel do conselho na gestão participativa? Para Drucker (2002), o papel do conselho é o de resolver justamente questões controversas, o que as pessoas fazem, inconscientemente, é contar ao conselho todas as notícias boas e minimizar os problemas. “Um conselho forte é benéfico para a instituição” (DRUCKER, 2001 p.130). Um bom conselho não é aquele que simplesmente concorda com tudo por receio de discutir efetivamente sobre determinadas questões, ‘você’ depende do conselho, portanto ele precisa ser mais eficaz.

Para Antunes (2002), é necessário ter em mente a diferença entre conselho consultivo e conselho deliberativo. Tendo em vista que o conselho consultivo não toma decisões mas é apenas consultado quanto a resolução dos problemas, “sua função é sugerir soluções que poderão, ou não, ser encaminhadas pela direção” (ANTUNES, 2002, p. 22). Já o conselho deliberativo tem poder de decisão, ou seja, tem maior força de atuação na escola, estes apresentam verbos como “definir (diretrizes), elaborar, aprovar, decidir, indicar, garantir, arbitrar, eleger, deliberar, etc.” (ANTUNES, 2002, p. 22 e 23).

Diante do estudo delineado até o momento, sobre o funcionamento das CFR pode-se dizer que esta é regida por instâncias maiores como a UNEFAB e a ARCAFAR SUL, mas é também através da associação de pais, professores e monitores que se dá processo decisório.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetiva abordar sobre o funcionamento das CFR e procurar entender como ocorre o processo decisório dentro destas. A princípio, buscou-se demonstrar como nasceram as CFR no mundo e no Brasil. Vimos que a Pedagogia da Alternância surgiu com as MFR na França. No Brasil, elas tiveram iniciaram no estado do Espírito

Santo, mediado pelo padre Humberto Pietogrande através de um intercâmbio Brasil – Itália. A CFR trabalha com uma pedagogia completamente diferenciada daquela tradicional.

As CFR fazem parte de uma estrutura administrativa muito maior e abrangente, acima dela temos a ARCAFAR SUL que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na estrutura nacional atua UNEFAB que abrange todos os CEEFA, sejam as CFR, EFA e ECOR.

Verificou-se depois a questão da participação, o envolvimento da comunidade nos processos decisórios como forma mais eficaz e eficiente de gerir. A gestão participativa ainda é um tema que precisa ser explorado pois como também pôde-se averiguar no decorrer deste artigo a questão da participação é ainda uma faca de dois cumes, pois apresenta mais de um tipo de interpretação. Porém podemos dizer de antemão que a administração das CFR acontece através de seus conselhos, associações, e outros segmentos, neste sentido podemos dizer que sua gestão é participativa.

A participação pode acontecer sendo manipulada pelo poder público e/ou por outros segmentos que compõe a realidade do lugar onde está inserida, pode acontecer meramente de forma consultiva onde as pessoas pensam estar ajudando a resolver questões que são mais tarde deliberadas ou uma ou duas pessoas. Ou pode efetivamente acontecer de forma consultiva e deliberativa, onde as pessoas discutem e chegam a um consenso de como resolver seus problemas, caminhando assim para a autogestão.

Diante de deste contexto o que se pode notar é que surgem alguns questionamentos, tais como: será que a gestão das CFR acontece da forma como está descrito em seus documentos e pressupostos teóricos? Se sim, os conselhos, assembléias e segmentos que compõem as CFR agem de forma efetivamente participativa e não no seu sentido mais restrito? Estas são questões que pretendemos

responder no decorrer da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.
- ARCAFAR SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil. Disponível em: <http://www.arcafarsul.gov.br>. Acesso em: 22/03/2011.
- CORNWALL, A. Locating citizen participation. IDS Bulletin v. 33, n.2, p. 49-58, 2002.
- DRUCKER, P. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- FARIA, J. H. de. Teoria das formas de governo. Material do curso de Estado, Poder e Formas de Gestão. Curitiba, 2001.
- GIMONET, J. C. Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEEFAs. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 27/04/2011.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 21/03/2011.
- MFR - Maison Familiale Rurale. Disponível em: <http://www.mfr.asso.fr>. Acesso em: 09/05/2011.
- NASCIMENTO, C. G. Gestão democrática e participativa na pedagogia da alternância: a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Salvador, n.15, p. 163-178, jan./jul. 2009.
- PERUZZO, C. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação nos movimentos populares. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TEIXEIRA, E. S; BERNARTT, M. L; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: FEUSP, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.
- UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Disponível em: <http://www.undefab.org.br/2005/principal.asp>. Acesso em: 28/04/2011.
- WOLOCHEN, M. B. A casa familiar rural e a pedagogia da alternância: evidências de desenvolvimento social. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2008.